

Galvêas, em Paris: a inflação vai desabar.

O ministro da Fazenda está na França para renegociar a dívida pública com o Clube de Paris. "Se a teoria funcionar" — disse — "a inflação deve desabar".

O desabamento da taxa inflacionária no Brasil foi preconizado ontem pelo ministro Ernane Galvêas, da Fazenda, que está na capital francesa para participar da reunião do Clube de Paris, que deverá estudar o reescalonamento da dívida pública brasileira.

A previsão otimista do ministro brasileiro se deve ao programa econômico adotado pelo governo e que permitirá uma conclusão favorável dos entendimentos com o Fundo Monetário Internacional, Clube de Paris além da negociação do pacote de 6,5 bilhões de dólares com os bancos comerciais internacionais. O ministro brasileiro considera que estão reunidas as condições para que isso ocorra a partir de agora, acrescentando:

— Se a teoria funcionar, se a experiência se repetir, a inflação deve desabar.

Ele anunciou também uma significativa queda no mês de novembro, devendo o índice inflacionário, de acordo com os novos critérios, situar-se entre 8 e 8,5% contra 11,2% no mês de outubro.

Encerradas as negociações atuais, todo esforço será concentrado no programa estabelecido, não existindo datas para o início de negociações relativas aos anos de 1985 e 86. Ele está também convencido de que não serão necessárias novas medidas econômicas internas, acreditando que, com a aprovação do Decreto 2.065, na área salarial o ciclo de medidas se completou afirmando:

— A partir de agora, trata-se apenas da execução do programa.

O ministro da Fazenda revelou, entretanto, que o governo abandonou a fixação de objetivos em relação à inflação para o ano de 1984, nada existindo a esse respeito na carta de intenções entregue ao Fundo Monetário, não tendo sido prefixada nenhuma percentagem. O importante agora, a seu ver, é que a comunidade nacional perceba efetivamente que o processo inflacionário entrou numa fase de declínio, facilitando a ocorrência de uma inversão de expectativa, fato que tem uma importância psicológica fundamental. Ele está convencido de que isso ocorrerá, lembrando que as causas da inflação foram corrigidas. Inicialmente, através de medidas para reduzir os déficits do setor público e posteriormente com a correção do processo de realimentação da inflação, isto é, a indexação salarial, através da aprovação do Decreto 2065.

Outro aspecto que alimenta o otimismo do ministro da Fazenda é o que diz respeito à área dos bancos privados, pois ontem faltava muito pouco, cerca de 500 milhões de dólares, para ser fechado o pacote de 6,5 bilhões de dólares. A seu ver, esse total seria alcançado nas próximas horas, o que acreditava também o jornal especializado londrino, o *Financial Times*. O ministro estava também despreocupado em relação às negociações de hoje e amanhã de parte da dívida pública, 2,3 bilhões de dólares, vencimentos de 1983 e 84, que deverá ser reescalonada pelo Clube de Paris.

O encontro do Hotel Majestic será aberto com uma exposição do representante brasileiro sobre a situação econômica do Brasil e a política de reajustamento e estabilização. Segundo Galvêas, em sua exposição pretende indicar o propósito do governo brasileiro de criar condições para desen-



Galvêas: otimismo em Paris.

volver o processo de reajuste do balanço de pagamentos, através de um esforço de superávit na área da balança comercial. A meta do governo era obter um superávit de 6 bilhões de dólares, mas tudo indica, segundo Galvêas, que conseguirá 6,5 bilhões.

O objetivo principal das negociações em curso é o reequilíbrio do balanço de pagamentos. O ministro vai explicar aos credores do Clube de Paris que o balanço de pagamentos foi atingido por fatores externos, isto é, os dois choques do petróleo, mas também pela inflação e o déficit do setor público.

Na sua exposição pretende também explicar as razões pelas quais a taxa de inflação no Brasil foi superior à esperada e que havia sido fixada na primeira carta de intenções entregue ao FMI. Galvêas dirá que a partir do segundo semestre do ano passado, ocorreram pressões inflacionárias a partir dos Estados e municípios, transferidas para 1983. Além disso, este ano, ocorreram também fatores climáticos, tais como as chuvas de janeiro a março, as inundações do Sul em agosto e o agravamento das secas do Nordeste. Esses fatos, na opinião de Galvêas, provocaram uma elevação brutal dos preços agrícolas. A inflação anual estava na casa dos 170%, enquanto a elevação dos produtos agrícolas alcançou 300%. Outros fatores citados pelo ministro estão ligados à retirada dos subsídios de diversos produtos, entre eles, petróleo, trigo e açúcar, além da maxidesvalorização do cruzeiro ocorrida no mês de fevereiro.

Tudo isso fez com que o programa anterior apresentado ao FMI fosse revisto.

Novas negociações

O ministro da Fazenda revelou também que não há prazo para novas negociações com os credores brasileiros das áreas privadas e públicas. A partir de agora, o objetivo é administrar o programa estabelecido até o final de 1984, não acreditando na necessidade de novas medidas. Não há também preocupação com negociações para os anos seguintes. Ele continua afastando toda e qualquer possibilidade de uma moratória, mesmo se outros países endividados escolherem esse caminho. Lembrou que cada país tem o direito de fazer sua escolha e que o Brasil, através de repetidas declarações do presidente Figueiredo, já fez sua opção. Isso, entretanto, não tem impedido que algumas áreas no Brasil continuem insistindo naquela possibilidade.

Galvêas confirmou também a proposta brasileira ao Clube de Paris, isto é, a solicitação de uma carência de cinco anos e de prazo para o pagamento do principal de nove anos para 90% do total que deverá ser reescalonado e que se refere a vencimentos de 1983 e 84.

Para os restantes 10% a proposta brasileira reivindica carência de três anos e um prazo de cinco anos para o pagamento do principal. Essa é, segundo Galvêas, a proposta básica com muitas possibilidades de ser aprovada. Mas, normalmente, com outros países, o Clube de Paris tem aprovado prazos mais curtos, em média de três a quatro anos de carência e de cinco a seis anos para o pagamento do principal.

Real J., de Paris